OPINIÃO SINDICAL

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais do Estado de Minas Gerais - Filiado a FITES - Maio de 2014

Quem paga a conta?

Governomira exclusivamente os trabalhadores para tentar organizar seus gastos e retomar crescimento

Páginas 4 e 5

SERÁ DELES O PETRÓLEO?

Na esteira do escândalo, cresce pressão para entregar exploração a estrangeiros

Página 3

TERCEIRIZAÇÃO

Querem obrigar o Brasil a recuar aos anos 1940; vamos deixar?

Páginas 6 e 7

SITESEMG COMPLETA 26 ANOS

Organização exigiu consciência, unidade e espírito de luta

Página 8

Nem tudo que reluz é ouro

As medidas incluídas no ajuste fiscal do governo Dilma, o escândalo da Petrobras e a aprovação do Projeto de Lei 4.330/04, que propõe estender a terceirização à atividade-fim das empresas têm sido destaqueno noticiário televisivo todos os dias. Ao mesmo tempo em que saúdam a austeridade encarnada pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy, as notícias condenam os citados nas denúncias da Operação Lava Jato e aplaudem a iniciativa de oferecer "segurança jurídica" à retirada de direitos trabalhistas.

É preciso estar atento ao que, à primeira vista, não nos é permitido enxergar por detrás da cobertura dos fatos. Em relação ao ajuste fiscal, pouco se investiga sobre o impacto que a retirada de recursos da economia que virá com as medidas já aprovadas pela Câmara dos Deputados terá, por exemplo, para os pequenos e médios comerciantes, que sobrevivem única e exclusivamente do consumo – os grandes capitalistas, como se sabe, costumam se aproveitar da recorrente alta dos juros para emprestar ao governo; com isso, deixam de investir em produção e quem paga a conta, também neste caso, é o trabalhador, em geral com o emprego.

No caso da Operação Lava Jato, pouquíssimo (ou nada) se comenta sobre os três projetos de lei que tramitam atualmente no Congresso Nacional – dois no Senado, de autoria de José Serra e Aloysio Nunes Ferreira, ambos do PSDB, e um na Câmara, do deputado Jutahy Magalhães Júnior, também do PSDB – que visam oferecer condições mais vantajosas para que empresas estrangeiras explorem o petróleo da camada do pré-sal. O objetivo é trazer de volta as regras que valeram após 1995, ano em que o monopólio da estatal sobre a exploração foi extinto, decisão que abriu caminho para a celebração de contratos que levaram durante anos à entrega do petróleo – vale lembrar, após as gerações futuras e presentes terem destinado bilhões à descoberta das reservas brasileiras. Pior: em visita recente aos Estados Unidos, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB/AM), admitiu compartilhar da ideia.

Por último, a abordagem dada ao PL 4.330 parece saída das gavetas das assessorias de imprensa das principais organizações empresariais do país. Também aqui nada se fala das consequências para o mercado interno (e o emprego). Cálculo apresentado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho já mostrou que, se a terceirização ilimitada for aprovada, a queda da massa salarial no Brasil alcançará 30% de imediato. São recursos que deixarão de circular na economia. Que efeito a redução trará para os pequenos e médios negócios? Se as vendas certamente cairão, os empregos sobreviverão?

Outro aspecto a considerar ao assistir aos telejornais diz respeito às chamadas "não notícias", aquelas que, embora interessem a todos, pouco ou nunca são dignas de destaque nos noticiários, por envolver interesses de empresários-clientes dos grandes meios de comunicação ou políticos ligados à aprovação de determinadas matérias. Dois exemplos recentes: o escândalo de sonegação fiscal – por que o ajuste deve pesar apenas sobre os trabalhadores, é o caso de perguntar – revelado pela Operação Zelotes da Polícia Federal e a prescrição iminente da ação judicial do mensalão mineiro.

Por essas e outras, é importante não perder de vista que nem tudo que reluz é ouro. Uma notícia pode ter tantos lados conforme os tantos interesses a ela relacionados, direta ou indiretamente. Fundamental é estar atento para não se deixar ludibriar por esta ou aquela versão.

Um novo jornal a seu serviço

No segundo semestre de 2013, passamos a publicar semanalmente o boletim Sitesemg INFORMA, com o objetivo de dar conta à categoria do dia a dia da entidade. No momento em que esta edição era concluída, já havíamos produzido 65 edições do informativo.

A iniciativa surgiu para possibilitar aos trabalhadores em entidades sindicais acompanharem as mais de 100 negociações de acordos coletivos realizadas pelo Sitesemg todos os anos, além do nosso posicionamento frente aos acontecimentos mais importantes no Brasil e no mundo e o apoio dado às legítimas manifestações em favor dos ainda explorados.

Por este motivo, decidimos transformar o jornal Opinião Sindical, publicado a cada seis meses, em um veículo de análise dos fatos que afetam os trabalhadores brasileiros de modo geral e os que trabalham em entidades sindicais em particular.

Nesta edição, por exemplo, o assunto principal que nos propomos a debater são as medidas tomadas por Dilma em seu segundo mandato, os interesses que as cercam e as consequências que estão reservadas aos trabalhadores. No caso específico da terceirização ilimitada, tema ao qual dedicamos duas páginas, além de informar dos prejuízos que tal medida pode trazer aos trabalhadores, uma breve análise de como o movimento sindical tem reagido ao PL 4.330busca oxigenar o debate, a fim que possamos encontrar meios para impedir que o país retroceda sete décadas em sua história.

PS: Aos leitores interessados em receber semanalmente o boletim Sitesemg INFORMA,basta informar o e-mail por meio do endereço sitesemgcomunica@gmail.com. Se você ainda não o recebe, solicite.

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Jadir da Silva Peres (Senalba/MG) • **Secretária Geral:** Rogéria Cássia dos Reis Nascimento (SindSaúde MG) • **Diretor de Finanças:** Maurício da Silva Gomes (Sindeess) • **Diretor de Cultura:** José Leopoldo Lages (Sitraemg) • **Diretor de Pesquisa:** Ronaldo Paulo Souza (Sinpro Minas) • **Diretor de Formação**: Geraldo Magela Gomes (Sindibel) • **Diretor de Relações Sindicais:** Norman Jorge Domingos (STIM Betim) • **Diretora de Saúde e Condições de Trabalho:** Joana D'arc Gomes (Sindeess) • **Diretora de Regionais:** Milane Borges Paula da Costa (Siticop/Araxá) • **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Abdiel Santana Correia (Comerciários/BH) • **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Geraldo Inácio Martins (STIM Betim) • **SUPLENTES:** Adilcéia Ferreira Rios Clemente (Asav Viçosa), Adão Eustáquio de Souza Lino (Bancários/BH), Alexandre Esteves Gonçalves (Sitraemg), Antônio Eustáquio Ferreira da Rocha (STIM/BH), Beatriz Lopes Gomes Ferreira (Auditores de Tributos Municipais/BH), Charley Arantes dos Santos (Sintsprev/MG), Marconi Luiz dos Santos Rocha (Comerciários/BH), Soraia Cristina da Silva (Sindibel), Ternísia Alves Pedra (Sinpro Minas), Vasti Rodrigues da Silva (STIM/BH), Wesley Eustáquio Cruz (Sescon/MG) • **CONSELHO DE DELEGADOS SINDICAIS:** Adriano Reis Costa (Sinduscon Lagos/Varginha), Amilton de Assis Barbosa (Comerciários/BH), Anderson Francisco de Jesus (Sindibel), Carolina Sabará Pedrosa (Metabase/Congonhas), Cesar José Panosso Vieira (STIM/Betim), Edna Maria Vital (Sinpro Minas), Edvaldo Euzébio Benício (Bancários/BH), Eli Izabel Rodrigues Santana (Sinpro Minas), Igor de Oliveira Souza (Sitraemg), Janice Sahler Furtado Costa (Asav/Viçosa), José Ferreira da Silva Filho (Senge/MG), Luzimar Correa do Nascimento (Comerciários/BH), Marielza Lúcia Soares Lobato (STIM/BH), Márcio Magela Rocha Silva (SPR/Araxá), Noelsa Conceição da Silva (SindRede BH), Sandra Regina Caixeta (STR/Patrocínio), Simone da Silva Leite (Sinpro Minas), Tânia Grace de Souza (Professores de Universidades Federais de BH/Montes Claros), Vanessa Meneguite da Cruz (Sindibel), Zilma Aparecida das Neves (Vigilantes de Uberlândia) • **CONSELHO FISCAL** Angelo Rangel Gerônimo (Sintsprev/MG), Silvana Villas Boas (Sindados/MG), Soraya Abuid Moreira (Sinpro Minas) **Suplentes:** Afonso Antônio Donizeti (Fesempre), Ailton Barbosa (Construção Civil/Betim), Flanquer da Silva Freitas (UNSP)
SITESEMG Rua da Bahia, 573, Salas 602/603 | Telefone: 31 32223072 | Celular 31 75560505 | Fax 31 32229505 | www.sitesemg.org.br | sitesemg@sitesemg.org.br | www.facebook.com/sitesemg
Jornalista Responsável: Alexandre Magalhães (MG 04513 JP) • **Diagramação, ilustrações e arte final:** Rômulo Garcias • **Tiragem:** 4.000 exemplares

Interesses ameaçam investimentos em educação e saúde

A Petrobras descobriu na bacia de Campos uma jazida submarina de petróleo responsável por poços capazes de produzir, cada um, o volume fantástico de 10 mil barris por dia. (...) Para chegar a esses resultados fantásticos, a Petrobras já gastou a quantia também fabulosa de 2,6 bilhões de dólares. Agora, a estatal deseja investir mais dinheiro no campo, para chegar à produção local de 500 mil barris/dia. Serão mais 2,3 bilhões de reais. (...) No entanto, depois que a Petrobras, isto é, o povo brasileiro, que é seu verdadeiro dono, caminha para gastar 5 bilhões de reais na região, o governo FHC ordenou que a estatal convide grupos privados para participar dos "gastos" no projeto – e, é claro, também dos lucros bilionários que eles proporcionarão. Quanto os sacrificados "sócios" vão precisar desembolsar? A cifra espantosamente baixa de 140 milhões de reais. Se forem mesmo 20 "sócios", como previsto, cada um aplicará a 7 milhões – e ficará sócio de um projeto que terá custado 5 bilhões de reais à sociedade brasileira. Um negócio escandalosamente escandaloso.

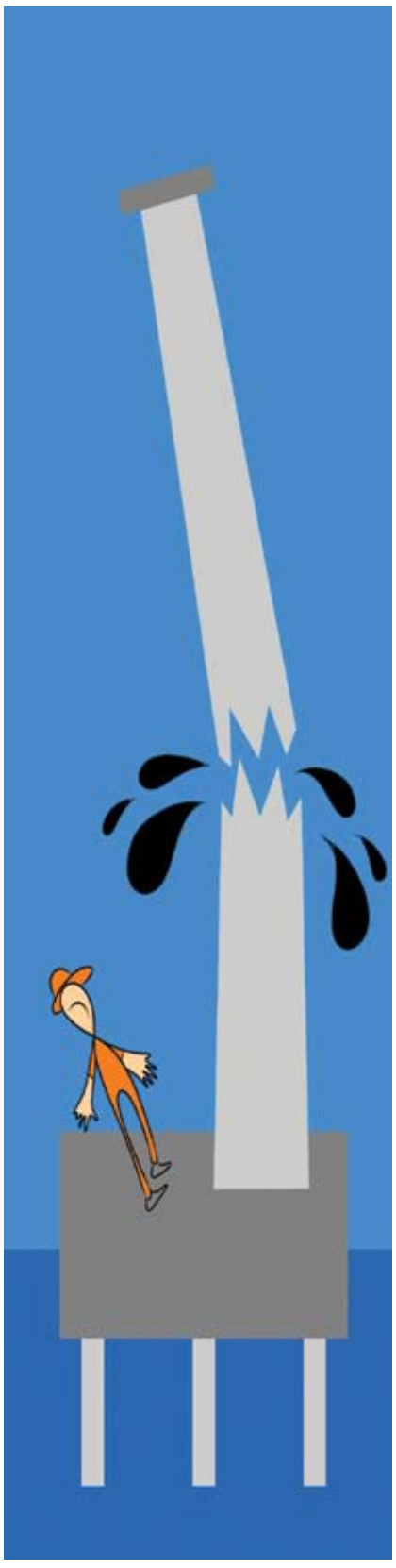
O alerta reproduzido acima foi feito em abril de 1999, por Aloysio Biondi, em "O Brasil privatizado – Um balanço do desmonte do Estado", em que o jornalista apontava os prejuízos causados ao país pelo modelo de "concessão" adotado na época para beneficiar grupos estrangeiros interessados na riqueza.

Com a descoberta do pré-sal, no governo Lula, foi aprovada uma lei que protegeu os interesses do povo brasileiro – sintetizados no modelo de "partilha", que, grosso modo, obrigou os investidores a contratarem serviços e equipamentos no Brasil, para fomentar a geração de empregos no setor, e destinar pelo menos 30% dos ganhos com a exploração à Petrobras, para serem aplicados em educação e saúde. Pois é exatamente este modelo soberano que se encontra ameaçado, na esteira da crise mais recente que abateu a maior empresa brasileira.

Na prática, o que se pretende? Um retorno aos anos 1990, sob a falsa justificativa de que, abalada pelos escândalos de corrupção, a Petrobras não dispõe de recursos para levar adiante a exploração do pré-sal.

AMEAÇAS

Para isso, três projetos de lei já tramitam no Congresso Nacional. Um deles, de autoria do senador José Serra (PSDB/MG), propõe a retirada da exclusividade da estatal para explorar poços. Serra diz que o projeto



visa "apressar a recuperação" da empresa. E argumenta que a queda do preço do barril dificulta à Petrobras realizar os investimentos necessários para aumentar a produção do pré-sal – a justificativa, porém, não se sustenta, uma vez que quanto menor o preço do barril, menor o custo dos investimentos em serviços e equipamentos, que acompanham a cotação internacional.

"O objetivo é abrir a exploração dessas imensas riquezas (cerca de 100 bilhões de barris de petróleo) para as empresas estrangeiras de petróleo", afirma CloviomarCararine, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Rio de Janeiro.

Somado a isso, em entrevista concedida no início de maio à agência de notícias Blomberg, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB/AM), disse que "a maior participação de operadoras estrangeiras é bem-vinda". "Não há condições hoje de a Petrobras alavancar os investimentos que a economia brasileira necessita", acrescentou. Ou seja, após o país ter investido bilhões para descobrir a riqueza, o que se cogita agora é entregá-la a grupos privados. Tudo muito parecido com o que ocorria há 15 anos.

"O objetivo é retornar às políticas neoliberais dos anos 1990, quando abriram o setor de exploração de petróleo para empresas estrangeiras, com baixíssimo retorno para a sociedade brasileira. Os mesmos argumentos usados para a quebra do monopólio da Petrobras em 1995 retornam agora com o projeto de lei do senador José Serra", sublinha Cararine.

"Riqueza pode desenvolver país e diminuir desigualdades"

"Ainda temos um longo caminho no sentido de mostrar a população brasileira como é importante ter a capacidade de transformar essa imensa riqueza que a Petrobras descobriu em formas de desenvolver o país e diminuir as desigualdades existentes", diz o economista do Dieese.

Ele lembra que pouquíssimos países do mundo tiveram a chance de descobrir grandes jazidas de petróleo e utilizar essa riqueza em benefício de seus habitantes. "O que percebemos na grande maioria dos caso sé que a riqueza do petróleo vai para poucas famílias", diz. Cararine observa que, com a descoberta do pré-sal, o Brasil poderá figurar entre os cinco maiores produtores de petróleo do mundo. "Com a chance de ter uma política de conteúdo local que estimule a produção de máquinas e equipamentos no país e direcionar esses recursos para educação e saúde", completa.

Para isso, entretanto, o povo terá de se mobilizar em defesa de uma riqueza que já custou bilhões das gerações passadas e presentes. Ainda há tempo.

Trabalhadores são chamados a pagar a conta mais uma vez

Ao lado dos escândalos de corrupção na Petrobras, o desequilíbrio das contas públicas e a subida da inflação – que, dizia-se, inibiam investimentos e impediam o país de crescer – dominaram o debate eleitoral brasileiro em 2014. Na tentativa de desgastar Dilma Rousseff, o principal candidato de oposição, Aécio Neves, trouxe de volta à cena receitas típicas do período em que seu partido, PSDB, governou o Brasil: a necessidade de fazer com que o governo economizasse recursos e adotasse taxas de juros compatíveis com o controle dos preços. Só assim o país recuperaria a confiança dos investidores e voltaria a crescer. Um descuido fez ainda com que um membro de sua equipe anunciasse a intenção de rever a atual política de reajuste do salário mínimo – o risco iminente de perder votos fez, contudo, com que o candidato tratasse logo de desmenti-lo.

Os fatos que se seguiram à vitória de Dilma, contudo, mostram que, se Aécio foi derrotado nas urnas, as teses conservadoras retornaram com fôlego redobrado à agenda nacional. De forma surpreendente,ao contrário do que defendera em toda a campanha, Dilma convidou para o ministério da Fazenda um economista (Joaquim Levy) dado como certo em um eventual governo Aécio e, no apagar das luzes de 2014, encomendou a seus assessores um programa de "ajuste fiscal" destinado a retirar direitos dos que menos têm – que, segundo o cálculo inicial da nova equipe econômica, levaria o governo a economizar R$ 18 bilhõesem 2015 – e a elevar os ganhos do que mais têm. Senão vejamos.

MPs 664/665

"A crise atual preocupa a todos, principalmente aos trabalhadores, que dependem do seu trabalho para continuar sobrevivendo com dignidade. Mas, na minha avaliação, determinadas opiniões que apontam para inflação fora de controle ou mesmo falar que o emprego no país passa por um momento dramático, contribuem para a formação de expectativas distorcidas quanto ao que deveremos fazer para sair da situação na qual nos encontramos hoje", afirma Fernando Duarte, Supervisor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em Minas Gerais.

No momento em que esta edição era concluída, a Câmara dos Deputados já havia aprovado duas medidas provisórias (664 e 665) do governo federal para dificultar o acesso a benefícios como seguro-desemprego e pensão por morte – ambas as matérias ainda seriam votadas pelo Senado.Além disso, as MPs também ameaçam endurecer as regras de concessão do abono salarial, do auxílio-doença e do seguro pago aos pescadores no momento em que, por lei, são obrigados a interromper a atividade.

Paralelo a isso, as seguidas elevações dos juros têm visado manter baixar a inflação, na medida em que,ao encarecer as compras a crédito, o aumento da taxabásica desestimula o consumo e aremarcação de preços.

Mas, se de um lado o governo aposta no juro alto para frear a inflação, de outro, a escalada da Selic – índice que mostra o quanto o país se dispõe a pagar para captar recursos destinados a fechar suas contas – torna ainda mais caro o serviço da dívida brasileira, que é corrigida pela variação da taxa.

Não é à toa, portanto, que o Itaú/Unibanco, por exemplo, registrou lucro líquido de R$ 5,733 bilhões no primeiro trimestre deste ano – recorde para o período, segundo a consultoria Economática. Ou que o Bradesco tenha lucrado R$ 4,244 bilhões – volume 6,3% superior ao apurado no quarto trimestre de 2014 e, preste atenção, 23,3% maior do que em igual período do ano passado. Em plena "crise"."Esta estratégia alimenta o rentismo no país, fazendo com que seja mais vantajoso aplicar em títulos da dívida pública do que investir em atividades produtivas. Aumentar juros é o mesmo que drenar recursos públicos e inibir investimentos. Atrapalha muito o país", observa o economista.

GASTO COM SERVIÇO DA DÍVIDA SÓ CRESCE

ORÇAMENTO DA UNIÃO - Executado em 2013

ORÇAMENTO DA UNIÃO - Executado em 2014

ORÇAMENTO DA UNIÃO - PLOA 2015

O aumento da taxa básica de juros (Selic) leva um comprometimento cada vez maior dos recursos do orçamento geral da União, como mostram os gráficos. Se em 2013 o Brasil destinou 40,3% de tudo o que tinha para gastar no ano ao serviço da dívida, em 2014 o percentual atingiu 45,1%, e, de acordo com a Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2015, a meta é gastar 47,4%. Estes recursos, portanto, são retirados de outros serviços essenciais à população (saúde, educação, saneamento básico etc.) e transferidos aos credores da dívida brasileira – instituições financeiras, em sua maioria.

"Retomar o crescimento só vale a pena se beneficiar toda a população"

Para o economista Fernando Duarte, Supervisor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em Minas Gerais, o governo acerta ao tentar colocar a casa em ordem. Mas erra ao adotar medidas que podem fazer com que a retomada do crescimento não beneficie a população como um todo. "Para mim, este crescimento não valerá a pena", diz.
Ele também acredita que, ao contrário do que alguns dos principais meios de comunicação do país têm insistido em divulgar, a inflação não escapou ao controle do governo e o remédio empregado para fazê-la baixar contém contraindicações que podem, inclusive, conspirar contra o crescimento. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida com exclusividade a Opinião Sindical.

O caminho seguido pelo governo Dilma é correto?

Manter as contas em dia é o caminho correto para todos. Agora, quando se eleva a taxa de juros nas alturas e você tem que dobrar o esforço do ajuste fiscal para pagá-la, a questão deixa de ser se concordamos ou não com as contas em equilíbrio e passa a ser: "Para termos as contas em equilíbrio precisamos alimentar os juros?".

Até o momento, o governo busca fazer caixa reduzindo direitos sociais. É o caminho mais correto?

Volto à resposta anterior. Concordo com a intenção anunciada pelo governo de colocar a casa em ordem para dar condições ao Estado de investir no que interessa à população, discordo de vários meios adotados até o momento.

O que seria preciso fazer para retomar o crescimento?

Retomar o crescimento só vale a pena se beneficiar toda a população. Vejo muitos dando receitas fáceis, como gastar menos em políticas públicas distributivas, ou mesmo, mudar a metodologia do reajuste do salário mínimo, que considera a inflação e a variação do PIB, e que nos últimos anos permitiu que grande parte da população se beneficiasse do crescimento da década passada. A explicação para o nível de desigualdade ter caído como caiu na última década se encontra nestas políticas. Quando você cresce, isso tem que significar avanço na qualidade de vida para todos. Crescer como na década de 70, quando crescer foi sinônimo de arrocho salarial para a maioria dos trabalhadores, não compensa.A dificuldade não é somente fazer o país voltar a crescer é como fazer isto, pois, se arrochar o salário mínimo, permitir que todos os trabalhadores possam ser terceirizados, jogar a renda dos trabalhadores lá para baixo, muitos vão dizer que o país ficou mais competitivo e talvez

Para o economista do Dieese, não há descontrole de preços

volte a crescer. Estas medidas não garantem que o país voltará a crescer, pelo contrário, ao reduzir a demanda interna, o mais provável é que a situação piore. Mas suponhamos que o país volte a crescer com tais medidas. Para mim, este crescimento não valerá a pena.

A taxa de endividamento das famílias – que bateu em 60% – inibe o crescimento?

O número em si, 60%, não diz muita coisa. Se todos os trabalhadores tivessem uma casa financiada, um carro financiado, provavelmente esse percentual seria acima de 100%. A questão é que as condições de se tomar empréstimo no Brasil, ai digo especificamente a taxa de juros interna é muito alta. Então, o que inibe o crescimento é a condição em que se dá crédito no Brasil hoje e não o nível de endividamento de 60%, que é bem inferior a muitos países mundo afora.

A inflação escapou ao controle do governo?

Na minha avaliação não temos um quadro de inflação fora do controle. É preciso lembrar que a inflação deste ano provavelmente vai ficar acima da meta estabelecida pelo próprio governo por razões que não vejo como perenes. Tomemos como exemplos os preços da energia elétrica e da gasolina. No caso da energia elétrica, houve uma necessidade de realinhar os preços dado que nossa matriz elétrica é muito sensível a uma baixa no nível dos reservatórios. A crise hídrica por que passam algumas regiões do país força o aumento do preço da energia com o acionamento das usinas térmicas, que possuem um custo de produção mais alto. A alta da energia elétrica sozinha responde por mais de 1% da inflação deste ano. Contudo, na medida em que a questão hídrica se resolva e também novas usinas em construção passem a gerar nova energia, esta pressão sobre os preços desaparecerá. Com relação à gasolina, havia a necessidade de reposicionar o seu preço respeitando uma lógica adotada internamente que suaviza a volatilidade do preço internacional do barril do petróleo. Mas a maior pressão se deveu à política de ajuste fiscal em curso. Os reajustes futuros provavelmente serão menores. Daí porque entendo que não há descontrole de preços. Isto não significa dizer que a inflação deste ano está baixa, pelo contrário, todos nós estamos sentindo o quão alta está, mas daí a dizer que ela está fora de controle...

> "Comparativamente a outros países, a dívida brasileira não é tão alta. Acontece que a taxa de juros praticada no país é muito acima da média dos demais países"

> "Vejo muitos dando receitas fáceis, como gastar menos em políticas públicas distributivas, ou mesmo, mudar a metodologia do reajuste do salário mínimo"

A escalada dos juros visa apenas segurar a inflação?

Segurar a inflação e mais nada. Não temos um problema de divisas como já tivemos no passado e os juros altos cumpriam um duplo papel: controlar a inflação e trazer divisas para o país. Só que esse remédio para debelar a inflação em determinadas situações não é muito eficaz e o pior é que ele tem outras tantas contraindicações que dificultam ao país retomar o crescimento rápido.

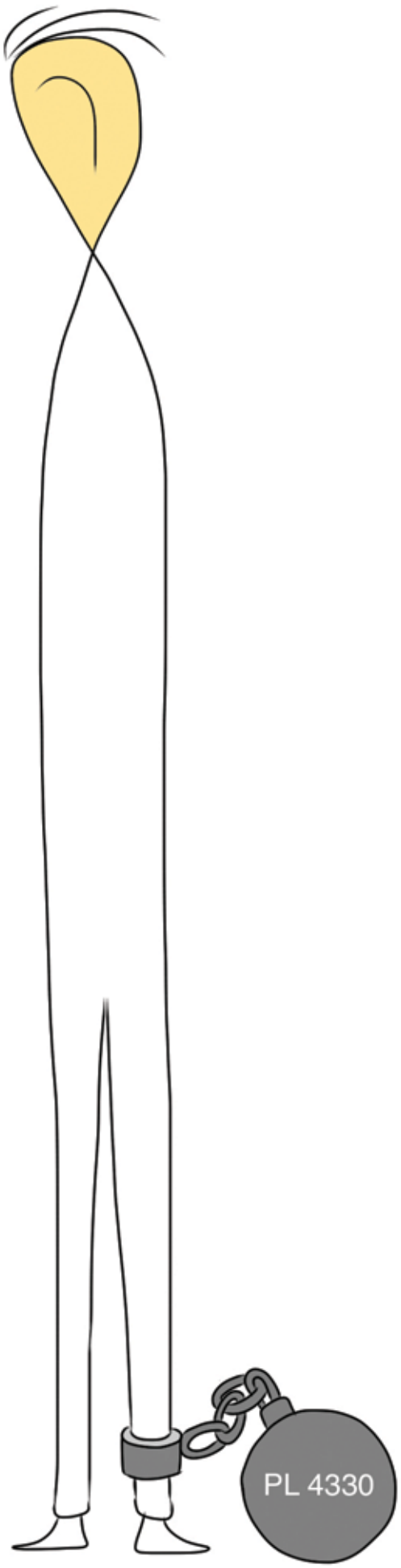
Nos três últimos anos, só aumenta o comprometimento do Orçamento Geral da União com o pagamento de juros aos credores. Como vê essa situação?

Comparativamente a outros países, a dívida brasileira não é tão alta. Acontece que a taxa de juros praticada no país é muito acima da média dos demais países e faz com que os gastos com a dívida aumentem muito quando os juros são elevados para combater a inflação.

A dívida deveria ser auditada?

Esta é uma questão que compete ao movimento sindical e outros movimentos sociais avaliarem sua pertinência. Cabe observar que numa sociedade democrática todos os gastos públicos estão ou deveriam estar num permanente processo de controle social.

Sitesemg orienta empregados em sindicatos a se unirem à luta contra o PL 4330



A adoção progressiva por parte das direções sindicais de modelos de gestão próprios do capitalismo – identificada a partir da década de 1990 por estudiosos do tema – fez com que também alguns sindicatos passassem a terceirizar atividades necessárias a seu bom funcionamento, como serviços de vigilância patrimonial, assistência jurídica e assessoria em comunicação, entre outros. E, a exemplo do que ocorre nos setores da economia que utilizam este expediente para enxugar custos, também nas entidades sindicais a prática tenha dado origem aos chamados "trabalhadores de segunda classe", aos quais são negados direitos garantidos aos diretamente contratados.

"Há diversas entidades sindicais que, embora condenem o Projeto de Lei 4.330, recorrem à mesma prática já há alguns anos", observa o presidente do Sitesemg, Jadir da Silva Perez.

Daí a necessidade de os trabalhadores em entidades sindicais também se mobilizarem contra a aprovação da matéria pelo Senado, que, caso venha a se concretizar, representará o maior retrocesso já visto na história do direito do trabalho no país.

Inspirado pelo desejo de entidades empresariais como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) de reduzir o custo com mão de obra para ampliar suas já elevadas margens de lucro, o PL 4330 tramita na Câmara dos Deputados há 14 anos. De autoria do então deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), empresário do ramo alimentício, o projeto permite delegar a terceiros a contratação de mão de obra utilizada inclusive na atividade-fim das empresas, prerrogativa vedada pela regra em vigor.

Com a eleição de Lula, em 2002, e a firme posição contrária em relação à matéria adotada desde então pelo governo brasileiro, os defensores da ideia se sentiram desestimulados a levá-la adiante, embora a disposição de aprová-la não tenha sido esquecida. O baixo crescimento econômico, somado à subida da inflação e à revelação de escândalos de corrupção na maior empresa estatal brasileira – que levaram à queda nos índices de popularidade da presidente Dilma Rousseff – e a posterior guinada do governo brasileiro a teses caras ao modelo neoliberal (leia mais nas páginas 4 e 5) – seguida da vitória do peemedebista Eduardo Cunha na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados – fizeram, entretanto, com que os conservadores voltassem à carga na tentativa de aprovar a terceirização ilimitada.

Na primeira votação do PL 4330 realizada pela Câmara dos Deputados, no começo de abril, os trabalhadores amargaram uma derrota acachapante. Foram ao todo 324 votos favoráveis à aprovação da matéria, contra apenas 137 contrários. A vitória foi acompanhada de farta propaganda favorável ao projeto veiculada nas principais redes de televisão do país, seja na forma de comerciais propriamente ditos, seja por meio da veiculação de reportagens francamente alinhadas aos interesses empresariais.

O resultado da votação levou as entidades sindicais brasileiras contrárias à matéria a organizar protestos contra o PL 4330 nas principais capitais do país. Paralelo a isso, teve início a "batalha" nas redes sociais entre os defensores da terceirização ilimitada e os que se opõem ao projeto.

As ações que se seguiram fizeram com que, na votação em segundo turno, realizada semanas depois, a adesão dos parlamentares ao PL 4330 diminuísse. Desta vez, o placar registrou 230 votos favoráveis e 203 contrários, reflexo das mobilizações registradas país afora. Preocupados com o impacto negativo junto a suas bases eleitorais, parlamentares que até então haviam se posicionado favoravelmente à aprovação da matéria, subitamente mudaram de lado. Até a conclusão desta edição, a matéria ainda não havia sido votada no Senado.

Estudo revela condição precária de terceirizados

Um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a pedido da Central Única dos Trabalhadores (CUT) revela a condição precária em que vivem os cerca de 12 milhões de trabalhadores terceirizados no Brasil. Realizado com base nos dados contidos na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o estudo mostrou que terceirizados recebem, em média, salários 25% inferiores aos que são pagos a trabalhadores diretamente contratados; trabalham três horas a mais por semana; e permanecem 2,7 anos no emprego – os demais ficam 5,8 anos.

Exemplo disso ocorre no setor elétrico, em que terceirizados trabalham mais e recebem menos. Por vezes, a jornada chega a 14 horas diárias, uma vez que os contratos incluem cláusulas de produtividade. Além disso, se encontram expostos a atividades perigosas, sem o devido treinamento. No setor de exploração de petróleo, por sua vez, a situação não é diferente. Segundo a Federação Única dos Petroleiros, de 2003 a 2012, foram registradas 20 mortes de trabalhadores efetivos; já entre os terceirizados, o número de óbitos chegou a 110 no mesmo período – 5,5 vezes maior, portanto. Segundo procuradores do trabalho dedicados ao assunto, o fenômeno se repete na construção civil, setor que contabiliza atualmente mais de uma morte por dia no país.

Outro estudo realizado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) revelou que terceirizados são mais vulneráveis ao trabalho degradante. Ao analisar os dez maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão no país, foi constatado que 90% dos flagrantes foram registrados em empresas subcontratadas para a prestação de serviços. "Há fortes indícios de que terceirização e trabalho escravo estão intimamente relacionados", sublinhou o auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego Vítor Araújo Filgueiras, também pesquisador da Unicamp, em artigo recentemente publicado.

"Movimento sindical ainda esboça reação"

Para o cientista social Rudá Guedes Ricci, o movimento sindical precisa intensificar a campanha contrária ao PL 4330. Para isso, deve se qualificar para utilizar as redes sociais e ampliar as ações de rua, especialmente junto aos trabalhadores mais jovens, "que sofrerão brutalmente com essa política", observa.

Como vê o PL 4330?

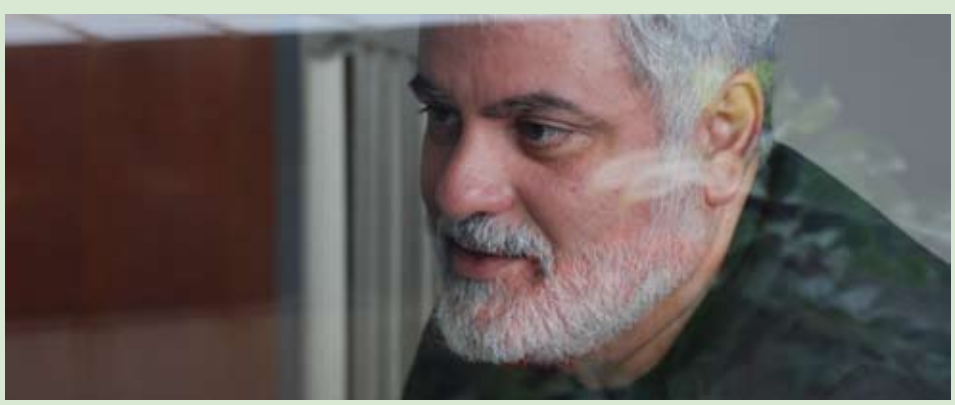
Trata-se de um pagamento de dívida de campanha (ou acordo de campanha, se assim achar melhor) para com poderosos financiadores. O que espanta é a postura dúbia da Presidente da República. Em recente entrevista, um dos nossos maiores economistas, João Manuel Cardoso de Melo, da Unicamp, sustenta que ao ser aplicada, esta lei achatará os salários. Num cenário recessivo, a terceirização será uma válvula de escape para alguns empresários e uma brutal precarização dos direitos trabalhistas em nosso país. O que Collor não conseguiu, o Congresso vai impor. Deveríamos, na verdade, diminuir ao máximo esta modalidade de contratação, não ampliar.

O movimento sindical está enfrentando como deveria o PL 4330?

Apenas começou a esboçar uma reação. O movimento sindical brasileiro está saindo da anestesia dos últimos dez anos. E não sabe atuar nas redes sociais. Mesmo no campo da ação de rua, ainda faz pouco. Deveria fazer debates públicos, em universidades e igrejas; panfletagens gigantes em grandes centros urbanos em horário de pico; paralisações de rodovias; deveria cercar o Congresso Nacional, com um grande abraço, como ocorreu em 2012 na Espanha, enfim, deveria desgastar ainda mais a imagem dos parlamentares que são caolhos, aqueles que olham para o financiamento com um olho, mas também olham para a imagem junto ao eleitorado, com o outro.

Como o movimento sindical deveria intervir para conscientizar os trabalhadores nesse momento?

Deveria inundar as redes sociais com informações sobre o impacto da terceirização. Deveria ter foco nos jovens, que sofrerão brutalmente com esta política. Deveria colocar banners gigantes na frente de todas as sedes de sindicatos, frequentar os lugares onde jovens e trabalhadores circulam, como bares, cinemas, calçadões, enfim, deveria saturar a população e criar fatos políticos, colocando definitivamente este tema em pauta.



Ricci: "Parlamentares querem pagar dívida de campanha"

Sitesemg completa 26 anos

Era 4 de maio de 1989 quando, em assembleia, trabalhadores em sindicatos decidiram ter chegado a hora de a Associação fundada ainda no começo da década adquirir personalidade jurídica para representar legalmente a categoria. Assim surgiu o Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais do Estado de Minas Gerais, que, em 2015, completou 26 anos.

A luta por melhores condições de trabalho não era, entretanto, a única razão para o surgimento do Sitesemg. A decisão refletia o clima de efervescência política vivido pelo país, que se preparava para eleger um Presidente da República após quase três décadas – o último escolhido pelo voto fora Jânio Quadros, em 1961, que renunciaria nove meses depois e veria seu sucessor João Goulart, ser deposto pelo golpe militar de 1964.

O governo José Sarney (1985-1989) chegava ao fim de forma melancólica. A inflação galopante impunha aos trabalhadores um arrocho salarial que despertava protestos e greves. E a "Frente Brasil Popular", liderada por Luiz Inácio Lula da Silva, mobilizava trabalhadores e trabalhadoras.

Até aquela época, nenhum empregado em entidade sindical contava com a proteção de um acordo coletivo. As jornadas se estendiam para além da permitida por lei e, salvo exceções, muito do que

os dirigentes sindicais defendiam para as categorias que representavam não era respeitado nas próprias entidades que dirigiam.

Tempo em que, embora tratados como "companheiros" pelos patrões, trabalhadores em sindicatos estavam submetidos ao mesmo arrocho e não raramente eram vítimas de demissões arbitrárias e perseguição ao seu direito de se organizar. Período em que delegados sindicais democraticamente eleitos eram sumariamente demitidos e a lei que assegurava aos trabalhadores em entidades sindicais o repasse automático, promulgada em 1965, era descumprida em várias delas.

Fato é que, no começo, não foi fácil negociar. Com o correr dos anos, entretanto, o espírito de luta dos trabalhadores em entidades sindicais fez com que, pouco a pouco, conquistássemos melhores condições de trabalho e os direitos que temos hoje. Sindicatos que a princípio não reconheciam no Sitesemg o direito de representar a categoria passaram a fazê-lo, o que nos possibilitou ampliar ano a ano o número de acordos coletivos e o quadro de associados.

Atualmente, todos os anos, negociamos mais de 100 acordos coletivoscom sindicatos de trabalhadores e patronais. Além de assegurarem, em sua maioria, ganho real de salário, estas negociações já garantem benefícios como Auxílio ao Trabalhador Estudante e Vale Cultura, entre vários outros. Ao mesmo tempo, novos desafios se impuseram.

Saímos às ruas em defesa dos interesses do povo brasileiro sempre que necessário. E, nas entidades sindicais, iniciamos a luta contra o assédio moral e a terceirização – dois dos principais problemas com os quais nos deparamos atualmente.

Graças ainda à participação destacada que tivemos na construção de uma organização nacional dos trabalhadores em entidades sindicais (leia mais nesta página), conquistamos credibilidade e respeito em todo o país.

É notório o papel que cada de um de nós desempenha na defesa das categorias para as quais dedicamos nosso trabalho diário. Da mesma maneira, é necessário que não percamos de vista a importância de manter direcionado este mesmo esforço à tarefa de dar continuidade à construção de nossa história. Sigamos adiante.

Dia do Sindicatário foi comemorado em maio

Maio também marcou a passagem do Dia do Sindicatário, comemorado no dia 9. Aproveitamos este espaço para nos colocar ao lado de todos os empregados em entidades sindicais que com o seu esforço cotidiano auxiliam as mais diversas categorias profissionais do país a prosseguirem na luta por melhores condições de vida e trabalho e por um país mais justo.

Lembre-se:

trabalhador é trabalhador em qualquer lugar.

Seja sócio do Sitesemg.

Assembleia elege delegados para Plenária e Congresso da Fites

Na segunda quinzena de maio, o Sitesemg realizou assembleia em sua sede (foto) para eleger cinco delegados – quatro dirigentes sindicais e um trabalhador de base – para reunião a Plenária Ordinária de Prestação de Contas e o II Congresso da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Entidades Sindicais (Fites) – entidade à qual somos filiados –, que serão realizados, respectivamentenos dias 21 e 22/23 de agosto, em Salvador (BA).

Foram eleitos fulano para representar a direção da entidade nos eventos e ciclano como representantes dos trabalhadores da base.

Adicione informações
/sitesemg